



Em Brasília, marcha reuniu cerca de 11 mil pessoas, de acordo com a Polícia Militar

Senadores em defesa de ato anticorrupção

Ana Amélia, Rodrigo Rollemberg e Pedro Simon repercutiram em Plenário a segunda edição da Marcha contra a Corrupção e a Impunidade, realizada anteontem em Brasília e em outras 25 cidades, 17 delas capitais.

O movimento teve como principais bandeiras o fim do voto secreto no Congresso Nacional, a aplicação da Lei da Ficha Limpa e a manutenção dos poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 4



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Pedro Simon realça participação de jovens, Ana Amélia destaca bandeiras e Rollemberg cobra punição de corruptos

Royalties: partilha não fere contratos, diz relator

Senador Vital do Rêgo rebateu ontem argumento dos representantes dos estados produtores contra divisão igualitária

Os contratos são firmados entre União, Agência Nacional do Petróleo e empresas petrolíferas, aponta o relator do projeto de divisão dos royalties do petróleo,

Vital do Rêgo. Lindbergh Farias contesta a constitucionalidade das mudanças, enquanto Wellington Dias, autor da proposta original, aconselha redução geral de expectativas. 3



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Lindbergh Farias (E) questiona proposta apresentada por Wellington Dias

PPA: ministra anuncia controle social de metas 3

Evento discute saídas para espécies em risco de extinção 2

CMO vota relatório de receitas até quarta-feira 3



Pedro França/Senado Federal

Visitantes observam, no Congresso Nacional, peças da exposição cultural sobre o continente africano

Mostra combate preconceito contra África

Foi aberta ontem no Congresso a exposição *Expressões Africanas*, com quadros, móveis e esculturas de vários países. A mostra faz

parte das comemorações do Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, que busca acabar com o preconceito. 2

História do Senado para estudantes 2



Carlos Lira/LB

Diretora-geral do Senado, Doris Peixoto (E), conversa com alunos da rede pública de Brasília

Fabricantes do iPad visitam o Senado 2

Evento reunirá especialistas brasileiros e estrangeiros e deverá contar com a ministra Izabella Teixeira na abertura. Brasil tem mais de 600 espécies ameaçadas

Senado discute saídas para animais em extinção

A PROTEÇÃO DE espécies ameaçadas de extinção no Brasil será tema de colóquio promovido pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Aberto ao público, o evento será realizado hoje, das 9h às 18h, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

O evento resultou de parceria entre a CMA, o Ministério do Meio Ambiente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O objetivo é discutir a situação das espécies ameaçadas, os modelos jurídicos, a política de conservação e a conexão entre economia e biodiversidade.

O colóquio reunirá especialistas estrangeiros e brasileiros como Simon Stuart, Julia Marton-Lefèvre e Jenny Gruenberger, da IUCN; Matthew Shirts,

da National Geographic Brasil; Liszt Vieira, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; o ministro Herman Benjamin, do STJ; Braulio Dias, do Ministério do Meio Ambiente; Larissa Maria Lima Costa, do Ministério das Relações Exteriores; Rômulo Mello, do ICMBio; e Claudio Pádua, do Instituto de Pesquisas Ecológicas. Eles falarão sobre assuntos relacionados a acordos internacionais, proteção das espécies ameaçadas e valoração econômica da biodiversidade.

De acordo com a CMA, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participará da abertura da programação. Jorge Viana (PT-AC), relator do Código Florestal na CMA, será moderador de um dos painéis, assim como Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA. Segundo ele, o país que lidera o ranking mundial de biodiversidade deve aprimorar cada vez mais suas políticas públicas e as



Gerardo Magalhães/Senado Federal

O Zoológico de Brasília tem um raro exemplar de mico-leão-dourado

produções científicas associadas à conservação dos recursos naturais. No Brasil, há cerca de 210 mil espécies, sendo 134 mil animais e 49 mil plantas. A lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção abarca 627 espécies.

Exposição no Congresso desfaz preconceitos contra a África

O Congresso Nacional abrigará até a próxima quinta-feira a exposição *Expressões Africanas*, com objetos que retratam a cultura da África. As peças foram cedidas pelas embaixadas de 15 países africanos com representação no Brasil.

O evento foi organizado pela Fundação Cultural Palmares, para comemorar o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. O ano de 2011 foi assim definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de combater a discriminação contra os africanos e seus descendentes.

Uma das intenções da mostra no Congresso é desfazer a imagem equivocada de que a África não passa de um continente afundado na miséria e em guerras civis.

Na exposição, há 70 peças – artefatos, quadros e esculturas – que mostram as culturas de Angola, África do Sul, Botsuana, Benin, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gana, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Mauritânia, Moçambique, Namíbia e Quênia.

– A exposição estabelece uma ponte entre o Brasil e os países africanos, aproximando ainda mais suas culturas – acrescenta o presidente da Palmares, Eloi Ferreira de Araujo.

A exposição estará aberta de segunda a sexta, das 9h às 19h, no Salão Branco do Palácio do Congresso (conhecido como Chapelaria). Aos sábados e domingos, das 9h30 às 17h30. A entrada é franca.



Pedro Frimig/Senado Federal

Eloi Ferreira, da Palmares, e Vitor Ortiz, do Ministério da Cultura, na exposição

Alunos de escolas públicas conhecem a história da Casa

Alunos do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal tiveram a oportunidade de entrar em contato com a história do Senado. Ontem, por meio do Projeto de Difusão Cultural do Arquivo do Senado Federal, 40 alunos da Escola Classe Granja do Torto, com idade de 9 a 11 anos, participaram de atividades e fizeram um tour pelo Palácio do Congresso. Esta foi a primeira atividade do projeto, que prevê visitas quinzenais de alunos até o mês de dezembro. A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, falou aos alunos sobre a utilidade do trabalho do arquivo.

– Esta é a grande lição que eu gostaria de deixar para vocês nesta visita de hoje: precisamos preservar e conhecer o nosso passado, a nossa história, para que sejamos capazes de construir o nosso futuro – afirmou.

O acervo contém documentação legislativa e administrativa do Senado, de 1826 aos tempos atuais, cerca de 40 mil fotografias e outros documentos, dos quais o mais antigo é de 1788.

Lei que deve baixar preço de tablets entrou em vigor ontem

Entrou em vigor ontem a Lei 12.507/11, que isenta a produção de computadores tablets do pagamento de PIS e Cofins. A iniciativa já era prevista na Medida Provisória 534/11, aprovada no Congresso em setembro, na forma do Projeto de Lei de Conversão 23/11.

A nova lei inclui os tablets na Lei 11.196/05, zerando as alíquotas de PIS e Cofins sobre a receita bruta da venda a varejo.

O governo estima redução de mais de 30% no preço final.

A Lei 12.507/11 também amplia o prazo de implantação de zonas de processamento de exportação, normatiza contribuição previdenciária e prorroga a isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante para navegação fluvial e lacustre que tenha saída ou destino em portos do Norte e do Nordeste.

Representantes de fabricante de iPad visitam o Senado

Depois de uma visita à presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, comitiva da empresa chinesa Foxconn Technology – chefiada pelo presidente do grupo, Terry Gou – esteve no Senado para expor seus planos de investimentos no Brasil. A comitiva foi recebida no gabinete da

Presidência por Gim Argello (PTB-DF), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cícero Lucena (PSDB-PB). A Foxconn é a responsável pela fabricação de aparelhos como o iPad, da Apple.

Os integrantes do grupo mencionaram a intenção de construir três fábricas no Brasil, inclusive para fabricar o iPad.



José Cruz/Senado Federal

Representantes de empresa chinesa que fabrica o iPad, em visita ao Senado

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a discursos de senadores.

CMA Espécies brasileiras em extinção

9h A Comissão de Meio Ambiente promove o colóquio "A proteção de espécies ameaçadas de extinção no Brasil". O evento discutirá a situação das espécies ameaçadas e a lista vermelha. O senador José Sarney participa da cerimônia de abertura, no auditório do Interlegis.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de quinta-feira do Senado Federal foi presidida por Ana Amélia • Rodrigo Rollemberg

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ministra: sociedade deve fiscalizar PPA

A ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, afirmou ontem que o governo espera definir com a sociedade, até o primeiro semestre de 2012, estratégias para acompanhar o cumprimento das metas definidas no Plano Plurianual (PPA) 2012–2015. A afirmação foi feita durante o 2º Fórum Intraconselhos, que levou às assembleias legislativas estaduais, por meio de videoconferência, o debate entre ministros e representantes de movimentos sociais sobre as propostas contidas no PPA, enviado ao Congresso Nacional em 31 de agosto.

O debate destacou as contribuições incorporadas a partir de sugestões de encontro realizado em maio deste ano em Brasília. Segundo Miriam Belchior, a sociedade foi incorporada ao debate por determinação da presidente Dilma Rousseff para que o projeto seja um instrumento de acompanhamento das políticas públicas.

O PPA está dividido em 65 programas ligados a temas como transporte, saúde, segurança pública e combate ao preconceito e ao uso de drogas.

O secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse que a atuação do governo se enriquece com críticas, sugestões e a participação da sociedade na definição do PPA. (Com informações da TV Senado)



Acir Gurgacz, relator, já apresentou o texto

CMO vota relatório de receitas até 4ª

De acordo com Acir Gurgacz (PDT-RO), o relatório de receitas para o Orçamento de 2012 deve ser votado na terça ou quarta-feira da semana que vem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O senador é responsável pelo relatório, que foi entregue à comissão na última terça-feira. O texto prevê uma receita líquida de R\$ 937,3 bilhões, R\$ 25,6 bilhões a mais que a prevista no projeto do governo.

– Agora, os relatores setoriais vão avaliar onde poderão ser investidos esses recursos adicionais – declarou.

A área da saúde pode ser um dos setores beneficiados pela receita extra, “pois já há uma discussão nesse sentido”.

Outro assunto que vem sendo discutido entre os relatores setoriais e os parlamentares, segundo ele, é a compensação financeira aos estados pela Lei Kandir. A compensação não foi incluída no projeto do governo.

Vital do Rêgo rebateu argumento de que nova partilha em áreas já licitadas prejudica direito adquirido dos produtores de petróleo; segundo ele, contratos das petrolíferas foram firmados com a União, não com estados

Divisão dos *royalties* entre todos os estados não fere contratos, diz relator

VITAL DO RÊGO (PMDB-PB), relator do projeto de partilha dos *royalties* do petróleo, disse que a atual proposta dos estados não produtores não prejudica direitos adquiridos nem altera contratos firmados entre empresas e estados produtores. Esse é um dos principais pontos de conflito na discussão sobre a partilha, ainda longe de consenso.

– O contrato de concessão de exploração e produção de petróleo é firmado entre a União, pela Agência Nacional do Petróleo, e as empresas petrolíferas. Nenhum estado ou município é parte no contrato, nem o Rio de Janeiro. Portanto, o argumento não é válido. Juridicamente, pode ser rebatido – disse o senador.

A forma como se dá a partilha dos recursos (os *royalties* e as participações especiais) é definida pela Lei 9.478/97, e não por contratos. Segundo a lei, quando a lavra ocorre no mar ou na plataforma continental, 45% vão para estados e municípios produtores, 25% para o Ministério da Ciência e Tecnologia, 15% para o Comando da Marinha, 7,5% para municípios afetados por operações da indústria petrolífera e 7,5% para todos os outros estados e municípios (os não produtores).

Inconstitucional

Parlamentares do Rio de Janeiro insistem na inconstitucionalidade do rateio dos *royalties* das áreas já licitadas. Na



Vital do Rêgo diz que contratos foram assinados pela União e não por estados ou municípios

terça-feira passada, logo após a reunião realizada pela comissão formada no Congresso Nacional para discutir o assunto, o deputado Alessandro Molon (PT-RJ) disse que seu estado não abrirá mão do direito de preservar contratos já firmados.

– A quebra de uma regra vigente e estabelecida ameaça todos os demais estados. Daqui a pouco, por exemplo, vai ser discutida a divisão dos minérios de Minas Gerais. Portanto, é uma defesa de princípio, uma questão de segurança jurídica – afirmou Molon.

Posição semelhante adota o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que disse só aceitar negociar sobre áreas a serem

licitadas. Para ele, não se mexe no que já foi licitado.

– Atenderíamos aos estados não produtores através do aumento da base da participação especial no pós-sal.

Na segunda-feira, a comissão volta a se reunir para receber mais sugestões antes da apresentação do texto final de Vital do Rêgo, o que deve ser feito no dia seguinte. O senador elabora seu relatório tomando por referência o PLS 448/11, de Wellington Dias (PT-PI), que tem servido de base para as negociações.

– Não é fácil fechar os números. Estamos tratando de recursos do pré-sal, do pós-sal, do sistema de concessão e do sistema de partilha. São muitos os interesses envolvidos. Nosso cronograma de trabalho, no entanto, está mantido – disse Vital do Rêgo.

Líderes do Senado e da Câmara dos Deputados firmaram acordo na semana passada para que o projeto seja votado no Senado na quarta-feira. Caso a votação não se realize, será analisado pelo Congresso Nacional, no dia 26, o veto do ex-presidente Lula à Emenda Ibsen, que divide os *royalties* de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Representantes de estados produtores e não produtores consideram que a aprovação de uma proposta alternativa será melhor opção do que a votação do veto.

Lindbergh debate aspectos constitucionais da partilha



Senador cita pareceres de juristas e a Constituição

Lindbergh Farias (PT-RJ) debateu ontem aspectos constitucionais dos *royalties* do petróleo. Ele leu pareceres de juristas e observou que a lei de criação da Petrobras já impôs indenização de 5% sobre o valor do produto explorado a estados e municípios onde ocorresse a lavra de petróleo. O senador lembrou que, na década de 1980, com o início da exploração marítima de petróleo, a lei previu o pagamento não apenas a estados e municípios confrontantes com os postos produtores, mas também aos municípios integrantes da área geoeconômica.

– O artigo 20, § 1º, da Constituição garante o direito de participação, ou de compensação, aos estados e municípios produtores. Isso não quer dizer que os demais estados e municípios não possam receber qualquer parcela, mas apenas que seria uma decisão política da União. O que ela não pode fazer é ceder o que não lhe pertence, atribuindo a outros estados e municípios o que cabe apenas aos produtores.

Para Lindbergh, o projeto (PLS 574/11) elaborado por ele, Francisco Dornelles (PP-RJ), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Delcídio do Amaral (PT-MS) possibilita aos não produtores receberem de fato. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) admitiu tratamento diferenciado aos estados “ditos produtores”, mas afirmou que é injustificável a forma atual de distribuição.

Wellington: relatório deve ser lido na terça-feira

A comissão mista que busca um consenso em torno da distribuição de *royalties* do petróleo entre os estados e municípios volta a se reunir para receber mais sugestões antes da apresentação do texto final de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o que deve ser feito na terça-feira. O anúncio foi feito em Plenário por Wellington Dias (PT-PI).

O relator elabora um substitutivo ao PLS 448/11, do próprio Wellington Dias, que deve englobar ideias de vários parlamentares. O objetivo é votá-lo na quarta-feira.

O texto parte da premissa de que todos devem abrir mão de um pouco dos recursos no começo, baseando-se na seguinte previsão de receita para 2012: R\$ 28 bilhões de receitas de *royalties* e participação especial da exploração no mar, e R\$ 1,2 bilhão de petróleo em terra, informou o senador. A União ficaria com cerca de R\$ 8,5 bilhões, os estados produtores com R\$ 12 bilhões e os demais estados, ou o Fundo de Participação dos Estados (FPE), com outros R\$ 8 bilhões. O montante seria transformado em alíquotas e, gradativamente, se ajustaria ao que já está no projeto enviado ao Congresso pelo ex-presidente Lula, explicou

– Todo mundo tem que abrir mão de uma parte do que tem de expectativa para que todos possam ganhar.



Todos têm que abrir um pouco a mão, diz senador

Aprovado pela Câmara, projeto do Estatuto da Juventude vem para o Senado

Foi aprovado pela Câmara dos Deputados na última semana e deve chegar em breve ao Senado o PL 4.529/04, que institui o Estatuto da Juventude, com princípios e diretrizes para o poder público criar e organizar políticas para os cidadãos com idade entre 15 e 29 anos.

O texto, apresentado pela Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, trata de questões como a garantia

da meia-entrada em eventos culturais e de lazer, políticas de estímulo à entrada no mercado de trabalho e a criação de conselhos voltados para a juventude. Também trata da universalização da educação em tempo integral e da proibição de propagandas de bebidas com qualquer teor alcoólico quando tiverem a participação de jovem menor de 18 anos.

A relatora na Câmara, deputada

Manuela d’Ávila (PCdoB-RS), manteve no texto o combate a todas as formas de discriminação, assim como o respeito às crenças. O projeto prevê a inclusão, nos currículos escolares, de temas relativos ao consumo de álcool, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, Aids, planejamento familiar e saúde reprodutiva. Uma rede de proteção, incluindo atividades instrutivas para a comunidade e

a capacitação de profissionais de saúde, além da valorização de parcerias com ONGs e instituições religiosas, deverá ser mobilizada para o reforço da estrutura emocional dos jovens.

O projeto também determina que escolas com mais de 200 alunos ou grupos de escolas que agreguem esse número deverão buscar local apropriado para atividades poliesportivas.

Senadores discursam em apoio às manifestações contra a corrupção

A segunda edição da Marcha contra a Corrupção e a Impunidade, realizada anteriormente em Brasília e em outras 25 cidades, 17 delas capitais, recebeu ontem em Plenário o apoio de três senadores.

Ana Amélia destacou as três principais bandeiras do movimento – fim do voto secreto, aplicação da Lei da Ficha Limpa e manutenção dos poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Rodrigo Rollemberg res-

saltou a sintonia da marcha com a agenda do país e cobrou a punição dos envolvidos na operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal. E Pedro Simon salientou a “firmeza e tranquilidade” demonstradas pelos jovens.



Marcha contra corrupção em Brasília: segundo a Polícia Militar, cerca de 11 mil pessoas participaram do ato, realizado simultaneamente em outras 25 cidades

Ana Amélia destaca manifestações do dia 12 contra a corrupção

Ana Amélia (PP-RS) citou as manifestações contra a corrupção realizadas quarta-feira em diversas capitais brasileiras, organizadas por meio de redes sociais na internet. Ela destacou o movimento em Brasília, que teria reunido 20 mil pessoas.

As principais bandeiras do movimento, frisou a senadora, foram a aplicação da Lei da Ficha Limpa e o fim das votações secretas no Congresso Nacional. Ana Amélia apontou uma “omissão histórica” do Congresso Nacional no combate à corrupção. Ela lembrou que a Lei da Ficha Limpa só foi aprovada após forte pressão popular e relatou dificuldades na tramitação de projetos que visam acabar com o voto secreto no Senado e na Câmara. No Senado, proposta de Paulo Paim (PT-RS) foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 2007, mas jamais foi votada em Plenário.

Ana Amélia afirmou admitir o voto secreto apenas nas votações de indicados ao Supremo Tribunal Federal (STF) e de vetos presidenciais. Ela destacou ainda repercussões do movimento contra a corrupção na sociedade civil, citando apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no combate à corrupção.



Senadora aponta “omissão histórica” do Congresso Nacional no combate à corrupção



Na avaliação do senador, o espaço dedicado pelos jornais às marchas demonstra a importância delas

Pedro Simon faz balanço positivo das marchas ocorridas no país

As manifestações populares contra a corrupção ocorridas em várias cidades do país foram elogiadas ontem por Pedro Simon (PMDB-RS).

– Foi um dia positivo, como se pode ver pelos jornais – afirmou.

Na opinião do senador, o espaço que os jornais dedicaram ao assunto evidencia a importância do fato. Ele também elogiou a iniciativa dos jovens que foram à passeata com “firmeza e tranquilidade”, defendendo o voto aberto no Congresso Nacional, a Lei da Ficha Limpa e a ética na vida pública. No próximo domingo, Porto Alegre realizará sua caminhada pela ética, anunciou.

Simon assinalou que o presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno, incentivou os protestos contra a corrupção durante missa na Basílica de Aparecida (SP), no dia da padroeira do Brasil.

Ao lembrar que vários parlamentares têm insistido no discurso contra a corrupção, Simon admitiu que a prática pode soar repetitiva, mas observou que “ainda falta muito para chegar onde queremos”. O senador incentivou os manifestantes a continuarem com as marchas e pediu que mais pessoas participem das manifestações.

Para Rollemberg, jovens estão afinados com a agenda do Brasil

Diante das marchas contra a corrupção realizadas no Brasil, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que a grande adesão dos jovens demonstra que eles “estão afinados com a agenda da modernidade neste país”. O senador destacou a manifestação realizada na capital da República.

– Brasília vem dando grande demonstração de inconformismo e de mobilização em torno do combate à corrupção – disse.

O parlamentar afirmou que as três bandeiras das marchas foram o fim do voto secreto no Congresso, a manutenção das prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça e a defesa da Lei da Ficha Limpa.

– Quero manifestar a minha convicção de que o Supremo Tribunal Federal estará à altura das expectativas da população e dirá que a Ficha Limpa é constitucional. A Ficha Limpa é um avanço da democracia brasileira e, como tal, deve ser implementada já na próxima eleição – afirmou.

Rollemberg também cobrou das autoridades punição dos envolvidos no esquema de corrupção no Distrito Federal, desbaratado pela operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, em 2009.

– Brasília tem uma ferida aberta, ainda se ressentido do maior escândalo documentado da história deste país – declarou.



Rodrigo Rollemberg cobra punição de envolvidos em escândalo de corrupção no Distrito Federal

Previc: indicações podem passar pelo Senado

As indicações para a direção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) poderão ter que passar pela aprovação do Senado. Esse é o teor de projeto (PLS 231/11) de Jayme Campos (DEM-MT) em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator será Cícero Lucena (PSDB-PB).

Para determinar que as indicações para a Previc sejam aprovadas pelo Senado, o projeto altera a lei que trata da previdência complementar (Lei 109/11 – Complementar). Os dirigentes serão escolhidos “entre pessoas de ilibada reputação e de notória competência” e serão nomeados pelo presidente da República.

Jayme Campos argumenta que o Senado já examina indicações de dirigentes das agências reguladoras, entre elas a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como de outras instâncias reguladoras e fiscalizadoras de políticas setoriais, como a Autoridade Pública Olímpica (APO). A Previc tem atribuições e estrutura idênticas às de agência reguladora e seu funcionamento está para a previdência complementar assim como a ANS está para a saúde complementar.

“Entendemos que o órgão atualmente responsável pela regulação e fiscalização das atividades das entidades de previdência complementar, assim como aquele que venha a substituí-lo, devem ter os dirigentes igualmente aprovados pelo Senado Federal”, declara.

Dilma sanciona anistia a PMs e bombeiros

A presidente Dilma Rousseff sancionou na terça a Lei 12.505/11, que concede anistia a policiais e bombeiros militares dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe que participaram de movimentos reivindicatórios desde 1º de janeiro de 1997. Também são anistiados policiais e bombeiros da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Tocantins envolvidos em ações do mesmo tipo desde 13 de janeiro de 2010.

A anistia foi proposta no Projeto de Lei do Senado (PLS) 325/11, de Lindbergh Farias (PT-RJ), aprovado no Plenário da Casa, em 11 de agosto, e na Câmara, em 20 de setembro. O texto original garantia anistia apenas aos bombeiros do Rio de Janeiro, que em junho ocuparam quartel da corporação para reivindicar melhores salários. Durante a tramitação, o perdão foi estendido a participantes de movimentos em outros estados, ao longo dos últimos anos.